



# ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación  
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y  
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

*Marcos Hecksher, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), [marcos.hecksher@ipea.gov.br](mailto:marcos.hecksher@ipea.gov.br)*

*Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, IPEA, [ana.barbosa@ipea.gov.br](mailto:ana.barbosa@ipea.gov.br)*

*Joana Simões Costa, IPEA, [joana.costa@ipea.gov.br](mailto:joana.costa@ipea.gov.br)*

De antes da gravidez até a infância:  
trabalho e estudo de mães e pais no painel da Pnad Contínua

## **DE ANTES DA GRAVIDEZ ATÉ A INFÂNCIA:**

### **TRABALHO E ESTUDO DE MÃES E PAIS NO PAINEL DA PNAD CONTÍNUA**

#### **SINOPSE**

Dados de pesquisas que investiguem a gravidez são escassos, mas o painel rotativo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite observar a dinâmica laboral e educacional das famílias antes e depois do nascimento de bebês. Este artigo demonstra que, enquanto a probabilidade de trabalhar dos futuros pais não se altera, a das mães cai fortemente conforme o nascimento se aproxima. A proporção de mães trabalhando sem cobertura previdenciária é reduzida em quase dois terços no ano anterior ao nascimento do filho e dobra três trimestres depois. Já a proporção de mães que têm trabalho com contribuição previdenciária diminui mais suavemente até que a maioria esteja em licença maternidade, mas acelera a queda ao fim da estabilidade legal. Enquanto o percentual dos pais que não estudam nem trabalham no mercado oscila ao redor de 8,7%, o das mães sobe de 31,8%, um ano antes, até 54,5%, três trimestres depois do nascimento, chegando a 65,5% entre as jovens de 15 a 24 anos de idade.

#### **1 INTRODUÇÃO**

As trajetórias profissionais e educacionais das mulheres costumam ser as mais afetadas pela fecundidade, devido à tradicionalmente desigual divisão entre gêneros do trabalho de cuidados com os filhos. Isso resulta em altas taxas de mães que não estudam nem trabalham, o que limita suas oportunidades e o desenvolvimento ao seu redor. O painel rotativo da PNAD Contínua permite construir uma linha do tempo desde um ano antes do nascimento de um bebê, e, combinando diferentes domicílios, estendê-la para acompanhar o que acontece com mães e pais conforme seus filhos crescem.

Apesar da crescente inserção laboral das mulheres nas últimas décadas, diferenças de gênero permanecem em indicadores de produtividade e renda em diferentes setores, empregos e países. Alguns estudiosos argumentam que essas desigualdades podem ser explicadas por normas sociais de gênero nas escolhas do mercado de trabalho (Bertrand, Kamenica e Pan, 2015). Há evidências de que as mulheres sejam mais propensas a trocar remuneração por trabalho flexível (Goldin, 2014), pois enfrentam pressões sociais para dedicarem mais tempo a tarefas voltadas ao âmbito familiar. Um componente particularmente importante do trabalho não mercantil envolve cuidar de crianças. A maternidade, associada ao estado civil e à composição familiar, pode reforçar as desigualdades de gênero e gerar implicações importantes na divisão de trabalho intrafamiliar (remunerado e não remunerado), limitando as oportunidades das mulheres e o desenvolvimento do bem-estar ao seu redor.

Há evidências empíricas de que a presença de crianças no domicílio afeta negativamente os resultados femininos na educação e no mercado de trabalho (Nguyen, 2019; Kleven, Landais e Søgaaard, 2018; Hotz, Johansson e Karimi, 2017; Joona, 2017; Lim, 2017; Pal e Waldfogel, 2016). Em particular, a maternidade resulta em altas taxas de mães nem-nem, que nem trabalham nem estudam (Novella et al., 2018; Corseuil e Botelho, 2014). Para o caso brasileiro, há também evidências de sanções à maternidade no envolvimento das mulheres no mercado de trabalho (Machado e Pinho Neto, 2018; Paulo, 2013; Souza, Rios-Neto e Queiroz, 2011; Pazello, 2006; Pazello e Fernandes, 2004). Contudo, a

maioria dos estudos brasileiros sobre o tema utiliza dados transversais e investiga os efeitos da fecundidade recente, não acompanhando o período de gravidez, como aqui.

## 2 MÉTODOS

O objetivo central deste artigo é mostrar, com uma análise descritiva, como variam as frequências com que mães e pais trabalham e estudam antes e depois do nascimento de um(a) bebê. A próxima etapa do projeto de pesquisa incluirá análises sobre transições individuais e inferência de relações causais, o que ainda não é apresentado nesta versão do artigo.

Na coleta da PNAD Contínua, o IBGE busca visitar os mesmos domicílios por cinco trimestres consecutivos. Embora seus microdados trimestrais não incluam informação sobre gravidez, é possível observar o que ocorre ao longo do ano anterior ou em períodos posteriores ao nascimento de uma criança em um domicílio. O questionário inclui perguntas sobre as datas de nascimento de todos os moradores dos domicílios amostrados. Defina-se como  $t = 0$  o trimestre que contém a data de nascimento de um(a) bebê da amostra. Isso permite observar, em alguns domicílios, o que ocorre desde  $t = -4$ .

A identificação longitudinal dos domicílios foi feita com as variáveis indicadas pelo IBGE, e, em cada um deles, a identificação de pessoas foi feita a partir do sexo e da data de nascimento de cada morador, nos casos em que essa combinação é única. Nem todas as observações da base de dados contam com respostas relativas à data de nascimento, mas, para a análise realizada neste artigo, só foram considerados(as) bebês, mães e pais com data de nascimento informada.

Em parte dos domicílios, o IBGE não consegue realizar todas as visitas planejadas, por mudança ou indisponibilidade dos moradores. Informações do trimestre -4 só podem ser obtidas da subamostra de domicílios em que houve ao menos duas visitas afastadas em um ano, a primeira e a quinta planejadas. Para evitar comparações entre domicílios com diferentes graus de estabilidade e disponibilidade, as análises incluem apenas aqueles com duas visitas afastadas em um ano. Além disso, considera somente os que tenham pelo menos duas visitas em trimestres consecutivos. Foram utilizados os microdados trimestrais de 2012t1 a 2019t2.

Com base na primeira visita em que cada bebê aparece nos microdados, foram identificados pais e mães que, naquela ocasião, residiam em seu domicílio. No caso de bebês identificados(as) como filhos(as) dos responsáveis pelos domicílios e/ou de seus cônjuges, a identificação de mães e pais é simples e direta. Adicionalmente, foram consideradas também pessoas supostas como prováveis mães e pais de bebês reportados(as) como netos(as) dos responsáveis. Dessa forma, foram classificados(as) filhos(as), enteados(as), genros e noras dos responsáveis que fossem os únicos de seu sexo com uma dessas posições no domicílio e que tivessem, no nascimento do(a) bebê, pelo menos 10 anos de idade e, no caso das mulheres, até 54 anos de idade.

Além disso, os pais e as mães mantidos na análise são somente aqueles cujos(as) bebês sejam as únicas pessoas com até 1 ano de idade em todas as visitas ao domicílio, que apareçam pela primeira vez na pesquisa em seu primeiro ou segundo trimestre de vida e que, tendo havido visitas posteriores ao mesmo domicílio, continuem a aparecer em todas. A análise exclui, portanto, gêmeos(as) e demais irmãos(ãs) com nascimentos afastados em menos de 2 anos.

Não é possível distinguir filhos adotivos nos dados. Supondo-se que a maioria dos(as) recém-nascidos(as) tenda a morar com a mãe biológica, é possível entender que os resultados do trimestre -4 antecedem, no mais das vezes, o início de uma gravidez dessa mãe residente no mesmo domicílio.

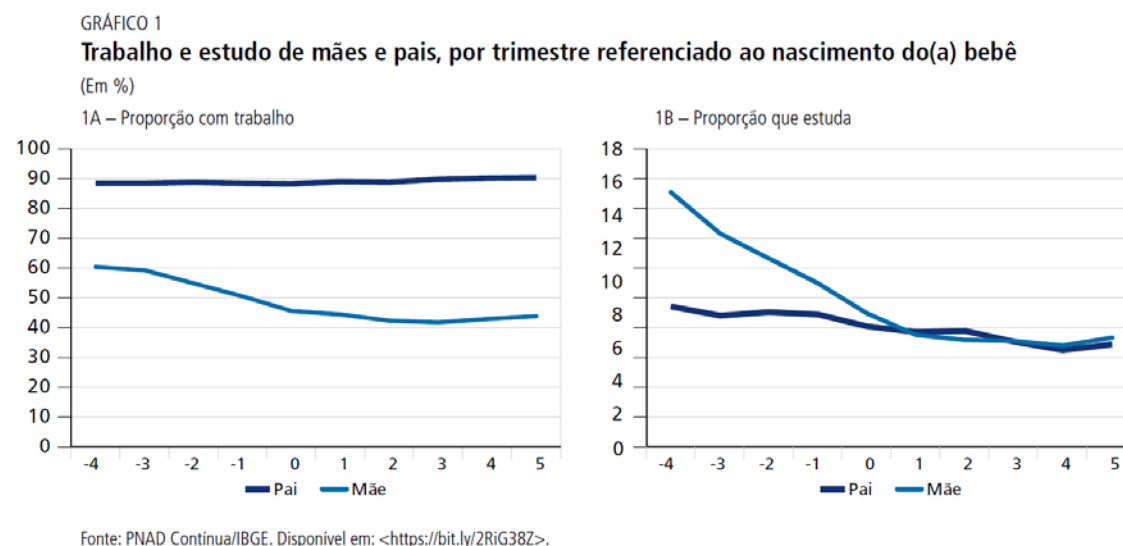
Nos trimestres -3, -2 e -1, respectivamente, torna-se possível, provável e finalmente quase certo que os pais já tenham informação sobre a suposta gravidez em curso. Os dados apresentados do trimestre 0, em que o(a) bebê nasce, agregam informações de domicílios visitados antes e depois do nascimento. Os trimestres de 1 a 5 informam o que ocorre em domicílios com bebês de até 1 ano e 1 trimestre de vida completos.

Os resultados relativos ao provável período de gravidez devem ser, portanto, interpretados como uma aproximação, pois os dados não distinguem filhos(as) adotivos(as), e o método empregado não permite observar casos de gravidez interrompida, seja por abortos espontâneos, seja por abortos induzidos. A análise restringe-se aos domicílios selecionados, conforme o método descrito. Em especial, são considerados(as) apenas filhos(as) nascidos(as) vivos(as) e, no caso dos trimestres 1 a 5, sobreviventes a cada uma dessas idades. Além das restrições descritas, não foram feitas outras quanto à composição dos domicílios, incluindo famílias nucleares e estendidas de diversos tamanhos e tipos.

### 3 RESULTADOS

A análise concentra-se, a partir do método descrito, em 24.300 bebês da amostra. Ao aparecerem na PNAD Contínua pela primeira vez, 19.314 deles(as) moravam com mãe e pai; 3.681, com mãe e sem pai; e 1.305, com pai e sem mãe.<sup>1</sup> As frequências relativas apresentadas a seguir são ponderadas pelos pesos com pós-estratificação da PNAD Contínua.

O percentual de pais que trabalham praticamente não se altera antes ou depois do nascimento (gráfico 1A), permanecendo sempre ao redor de 89%. Já o percentual de mães que trabalham diminui fortemente durante a gravidez: parte de 60,2%, um ano antes, passa por 45,4% no trimestre de nascimento, atinge o nível mínimo de 41,6% três trimestres depois e vai a 43,7% cinco trimestres após o nascimento. Isso mostra que a discrepância entre os níveis de emprego de mães e pais é expandida ao longo da gravidez e não recua logo após o nascimento do(a) bebê.

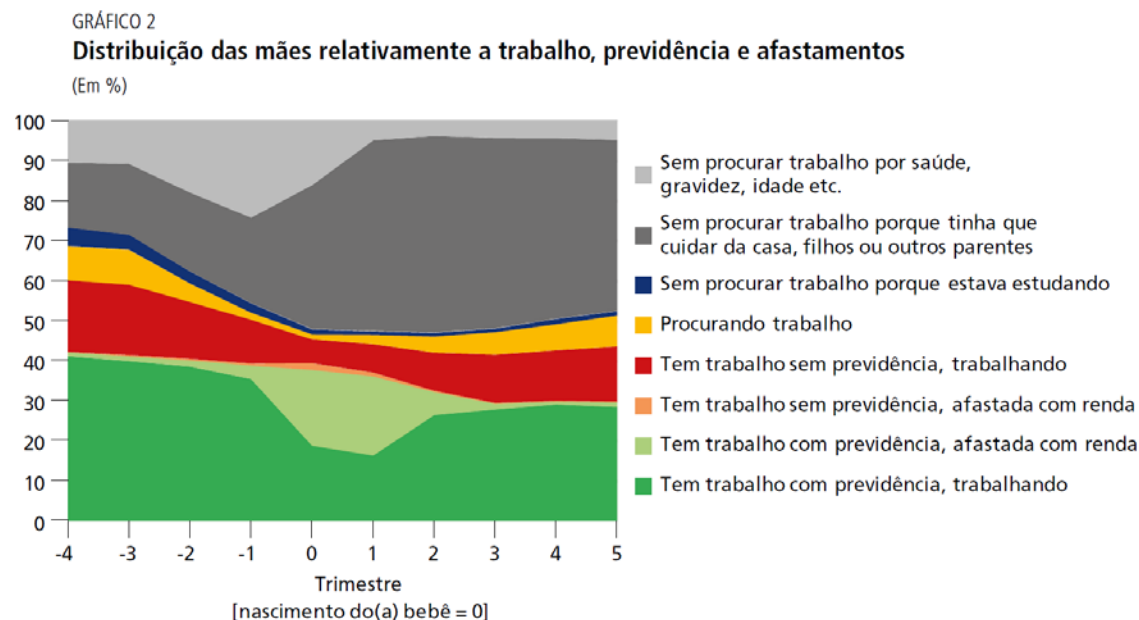


No tocante à educação, as mulheres frequentam escola, inclusive graduação e pós-graduação, em proporções superiores aos homens no Brasil. Ao longo dos trimestres de gravidez, no entanto, essa

<sup>1</sup> Com os critérios descritos na seção anterior, permaneceu na amostra apenas um bebê com dois pais, incluído entre os 1.305 citados. Nenhum(a) bebê com duas mães ficou na análise. Os resultados apresentados referem-se, portanto, a todas as visitas da PNAD Contínua em que aparecem 22.995 mães e 20.620 pais.

vantagem feminina cai até que as taxas de mães e pais se tornem indistintas, a partir do trimestre seguinte ao do nascimento ( $t = 1$  no gráfico 1B). Enquanto o percentual de pais que estudam declina de 8,5% a 6,9%, o das mães cai acentuadamente, de 15,4% a 6,7%, entre os trimestres -4 e 1.

O gráfico 2 subdivide as mães com e sem trabalho em situações mais específicas, o que permite observar importantes variações que explicam a queda de seu percentual com trabalho. Durante a gravidez, cai fortemente o percentual de mães que trabalham sem contribuição previdenciária, de 17,9%, no trimestre -4, até 6,0%, no trimestre do nascimento.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2RiG38Z>>.

Do lado das sem trabalho, o percentual das mães que procuram trabalho (desempregadas) também cai acentuadamente, de 8,5% para 1,3%, mas é mais do que compensado pelo forte aumento das que nem trabalham nem procuram trabalho, de 31,3% para 53,3%. Esse aumento da inatividade no mercado de trabalho é explicado pelos entrevistados (nem sempre as próprias mães), inicialmente, por motivos diversos, que incluem a gravidez e, sobretudo a partir do nascimento, porque elas tinham de cuidar da casa, dos(as) filhos(as) ou outros(as) parentes. A dedicação aos estudos, por sua vez, é um motivo que perde importância entre elas, de 4,6%, um ano antes, para 1,2%, no nascimento, e 1,1%, cinco trimestres depois.

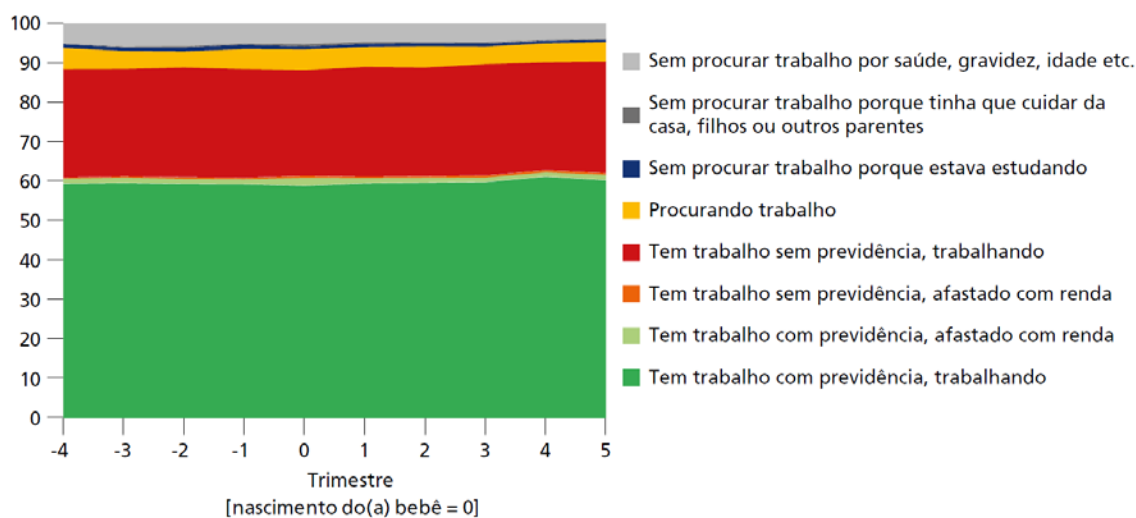
Do lado daquelas com trabalho, como foi dito, o grupo descoberto pela previdência cai em quase dois terços na gravidez, mas dobra depois do nascimento. Já o percentual daquelas que têm um trabalho com contribuição previdenciária diminui mais suavemente até que a maioria esteja afastada com licença maternidade, mas acelera a queda ao fim da estabilidade legal.

O gráfico 3 replica para os pais o que o gráfico 2 faz para as mães. A primeira diferença que chama a atenção é a estabilidade de todos os percentuais no caso dos pais, antes, durante e depois do nascimento de seus(suas) filhos(as). Além disso, como foi visto no gráfico 1A, o percentual com trabalho é muito mais alto que o das mães, especialmente com cobertura previdenciária. Os que nem trabalham nem procuram trabalho porque, segundo as pessoas entrevistadas, cuidam de afazeres domésticos, filhos(as) ou outros(as) parentes nunca superam 0,5% do total de pais, enquanto, entre as mães, chegam a atingir 49,0%.

GRÁFICO 3

**Distribuição dos pais relativamente a trabalho, previdência e afastamentos**

(Em %)

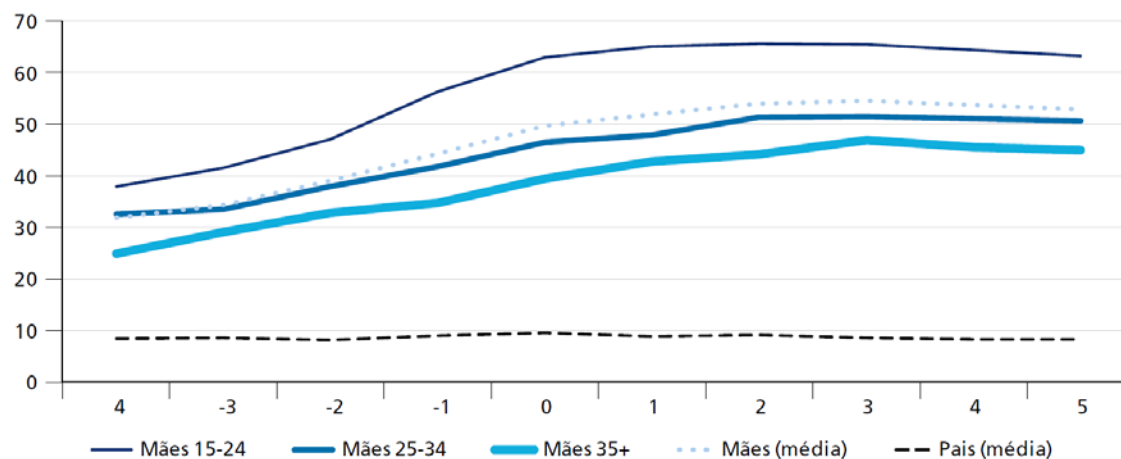
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2RiG38Z>>.

Os percentuais médios de pais e mães que nem estudam nem trabalham são mostrados no gráfico 4, que também separa as mães em três faixas etárias ao terem seus filhos. Novamente, a proporção dos pais pouco se altera antes ou depois do nascimento dos(as) bebês. As das mães, por sua vez, sobem desde o início da gravidez e permanecem em patamares bem mais altos até cinco trimestres após os(as) filhos(as) nascerem. Enquanto o percentual dos pais que nem estudam nem trabalham no mercado oscila em torno de 8,7%, o das mães sobe de 31,8%, um ano antes, até 54,5%, três trimestres depois do nascimento, chegando a 65,5% entre as jovens de 15 a 24 anos de idade.

GRÁFICO 4

**Proporção de mães e pais que nem estudam nem trabalham**

Em (%)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2RiG38Z>>.

Obs.: Faixa etária da mãe no nascimento do(a) bebê.

## 4 DISCUSSÃO

Embora dados de pesquisas que investiguem o comportamento laboral e educacional das famílias em períodos de gravidez sejam relativamente escassos, o painel rotativo da PNAD Contínua permite obter, indiretamente, informações relevantes a esse respeito. Este artigo demonstra que, enquanto a probabilidade de trabalhar dos futuros pais não se altera, a das mães cai fortemente conforme o nascimento de um(a) bebê se aproxima. As que mais deixam de trabalhar durante a gravidez são aquelas sem cobertura previdenciária. Para as que têm cobertura, a queda se intensifica após a licença maternidade, quando cessa o período de estabilidade legal. O percentual que nem estuda nem trabalha já é mais alto entre as futuras mães do que entre os futuros pais antes mesmo dos trimestres de gravidez, mas a diferença se acentua muito durante a espera e após o nascimento dos(as) filhos(as).

Os resultados apresentados neste artigo não incluem inferências causais, mas ajudam a quantificar a distribuição de mães e pais em diversas situações e iluminam hipóteses plausíveis a serem investigadas na próxima etapa do mesmo projeto de pesquisa. Os números aqui apresentados ressaltam a grande desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico e a relevância do sistema de proteção social para oferecer mais e melhores alternativas quanto a trajetórias reprodutivas, laborais e educacionais de mulheres e homens.

## REFERÊNCIAS

BERTRAND, M.; KAMENICA, E.; PAN, J. Gender identity and relative income within households. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 130, n. 2, p. 571-614, 2015.

CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. (Orgs.). *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Brasília: Ipea, 2014. GOLDIN, C. A grand gender convergence: its last chapter. *The American Economic Review*, v. 104, n. 4, p. 1091-1119, 2014.

HOTZ, J.; JOHANSSON, P.; KARIMI, A. Parenthood, family friendly workplaces, and the gender gaps in early work careers. Cambridge, Massachusetts: NBER, Dec. 2017. (Working Paper, n. 24173).

JOONA, P. A. Are mothers of young children more likely to be self-employed? The case of Sweden. *Review of Economics of the Household*, v. 15, n. 1, p. 307-333, 2017.

KLEVEN, H.; LANDAIS, C.; SØGAARD, J. Children and gender inequality: evidence from Denmark. Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research, Jan. 2018. (NBER Working Paper, n. 24219).

LIM, F. Y. B. The effects of education and fertility on female labour force participation in Malaysia. 2017. Tese (Doutorado) – University of Wollongong, Wollongong, 2017.

MACHADO, C.; PINHO NETO, V. The labor market effects of maternity leave extension. SSRN – Social Science Research Network, Mar. 2018.

NGUYEN, G. Sibling-sex composition, childbearing and female labour market outcomes in Indonesia. *Journal of Population Research*, v. 36, n. 1, p. 13-34, Mar. 2019.

NOVELLA, R. et al. Millennials en América Latina y el Caribe: trabajar o estudiar? [s.l.]: BID, 2018.

PAL, I.; WALDFOGEL, J. The family gap in pay: new evidence for 1967 to 2013. *RSF – The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences*, v. 2, n. 4, p. 104-127, Aug. 2016.

PAULO, M. A. A maternidade, o momento do nascimento do primeiro filho e a situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil: uma análise do salário e da adequação escolaridade/ ocupação por grupos socioeconômicos. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PAZELLO, E. T. A maternidade afeta o engajamento da mulher no mercado de trabalho? Um estudo utilizando o nascimento de gêmeos como um experimento natural. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 507-538, 2006.

PAZELLO, E. T. A.; FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. Anais... João Pessoa: Anpec, 2004.

SOUZA, L.: RIOS-NETO, E.; QUEIROZ, B. The relationship between childbirth and women's labor in Brazil. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 28, n. 1, p. 57-79, 2011.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COSTA, J. S. M. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ORELLANA, V. S. Q.; ARAGÓN, J. A. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 787-819, out./dez. 2015.

POSADAS, J. Grandparents as child care providers: factors to consider designing child care policies. Washington: World Bank, 2012. (Economic Premise, n. 101).